



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 954-A, DE 2025

(Do Sr. Célio Studart)

Fixa proibição e institui penalidades para estabelecimentos comerciais, pessoas jurídicas de direito privado e pessoas físicas que adquirirem, venderem, beneficiarem, reciclarem, compactarem ou tiverem em depósito, receberem, transportarem, manterem em estoque, conduzirem, ocultarem, exporem à venda, usarem como matéria-prima ou trocarem bens oriundos de qualquer empresa pública, concessionária ou empresa privada prestadora de serviço de interesse público que não tenham procedência lícita comprovada; tendo parecer da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços, pela aprovação, com substitutivo (relator: DEP. JOSENILDO).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD); E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD).

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Indústria, Comércio e Serviços:

- Parecer do relator
- Substitutivo oferecido pelo relator
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão



Apresentação: 12/03/2025 16:31:53.957 - Mesa

PL n.954/2025

(do Sr. Célio Studart)

Fixa proibição e institui penalidades para estabelecimentos comerciais, pessoas jurídicas de direito privado e pessoas físicas que adquirirem, venderem, beneficiarem, reciclarem, compactarem ou tiverem em depósito, receberem, transportarem, manterem em estoque, conduzirem, ocultarem, exporem à venda, usarem como matéria-prima ou trocarem bens oriundos de qualquer empresa pública, concessionária ou empresa privada prestadora de serviço de interesse público que não tenham procedência lícita comprovada.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os estabelecimentos comerciais, as pessoas jurídicas de direito privado, bem como as pessoas físicas não podem adquirir, vender, beneficiar, reciclar, compactar ou ter em depósito, receber, transportar, manter em estoque, conduzir, ocultar, expor à venda, usar como matéria-prima ou trocar bens oriundos de qualquer empresa pública, concessionária ou empresa privada prestadora de serviço de interesse público que não tenham procedência lícita comprovada, tais como:

I – tampas e grades de bueiros de inspeção de rede de esgoto, de gás, de telefonia, de energia elétrica;

II – grades de ferro de proteção de bocas de lobo;

III – hastes, equipamentos ou instrumentos compostos, no todo ou em parte, de cobre e alumínio e fios de cobre de cabos de telefonia, energia elétrica, televisão a cabo, além de cabos utilizados em instalações industriais, comerciais e residenciais em geral, assim como os de fibra ótica utilizada para a transmissão de sinais de áudio, vídeo e dados eletrônicos;

IV – hidrômetros e tampas de abrigo protetor de hidrômetros;



Tels (61) 3215-5634/3634 | dep.celiostudart@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://mhcleg.adm.cidadepauassim.ma.gov.br/camara-leg-07/CD2563473024100>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Célio Studart

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Célio Studart





Apresentação: 12/03/2025 16:31:53.957 - Mesa

PL n.954/2025

- V – baterias estacionárias de rede de telefonia;
- VI – placas indicativas e de sinal de trânsito;
- VII – mobiliários urbanos fixos, tais como lixeiras, semáforos, coberturas de ponto de ônibus e qualquer outro material que tenha identificação pública;
- VIII – equipamentos destinados a promover a iluminação pública e a distribuição de energia elétrica pelas redes concessionárias de serviço público;
- IX – hastes, equipamentos ou instrumentos utilizados em programas de videomonitoramento urbano e/ou rural;
- X – bens e equipamentos, públicos ou particulares, destinados à prestação de serviço público e de utilidade pública;
- XI – equipamentos de rede de telecomunicação, como placas, antenas, modems e roteadores.

Art. 2º A proibição a que alude o art. 1º incide, exclusivamente, aos materiais sem origem comprovada, não alcançando aqueles que forem objeto de comercialização regular, na forma da legislação própria.

§ 1º O responsável que adquirir, estocar, comercializar, transportar, reciclar ou utilizar como matéria-prima, para processamento ou beneficiamento, materiais descritos no art. 1º deve manter cadastro dos fornecedores desses materiais e dos consumidores, bem como comprovante fiscal da compra e venda de tais bens.

§ 2º Ao se tratar de material oriundo de doação ou inutilização, o responsável deve manter documento de declaração feita pelo doador do material contendo seus dados, de modo que permitam sua identificação, bem como local de retirada do material.

Art. 3º O Ministério da Justiça e Segurança Pública manterá, sistematizará e atualizará periodicamente cadastros dos fornecedores e dos consumidores dos materiais de que trata o Art. 1º.



Tels (61) 3215-5634/3634 | dep.celiostudart@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://mdelegadadeficiencia.deficiencia.org.br/camara-leg-07/CD2563473024100>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Célio Studart

4





Art. 4º Sem prejuízo das sanções civis e penais previstas noutras leis, as infrações às normas desta Lei e de seu regulamento serão punidas, isolada ou cumulativamente, com as seguintes penalidades:

- I – multa progressiva de acordo com a gravidade da infração;
- II – apreensão dos produtos irregulares;
- III – cassação do credenciamento da empresa;
- IV – cassação da inscrição no Cadastro Fiscal junto à Receita Federal do Brasil;
- V – cassação do alvará ou licença de funcionamento e interdição de suas atividades;
- VI – interdição administrativa e lacração do estabelecimento não credenciado ou irregular.

§ 1º A gradação da multa de que trata o *caput* é estipulada atendendo aos seguintes parâmetros:

- I – até 10 quilogramas de peso do material apreendido – multa no valor de 2 salários mínimos;
- II – entre 10 e 50 quilogramas de peso do material apreendido – multa no valor de 5 a 10 salários mínimos;
- III – entre 50 e 1.000 quilogramas de peso do material apreendido – multa no valor de 10 a 50 salários mínimos;
- IV – acima de 1.000 quilogramas de peso do material apreendido – multa no valor de 100 a 1.000 salários mínimos.

§ 2º Ficam sujeitas às penalidades previstas neste artigo os estabelecimentos previstos no art. 1º, ou no regulamento, que:

- I – se desviarem das atividades para as quais estejam licenciados ou autorizados a funcionar;
- II – não comprovarem devidamente a legalidade e a licitude da procedência dos bens referidos no art. 1º.

§ 3º Ficam sujeitos às obrigações impostas nesta Lei e às penalidades previstas nos incisos I e II do *caput* as pessoas físicas





§4º Os valores apurados em decorrência da aplicação de multa prevista nesta Lei serão integralmente revestidos em favor do Fundo Nacional de Segurança Pública.

§5º As multas constantes deste artigo serão aplicadas em dobro, no caso de existência de indícios de vinculação a organizações criminosas, facções ou milícias privadas, independentemente da existência de prévia falta grave ou primariedade.

Art. 5º Cabe Ministério da Justiça e Segurança Pública regulamentar esta Lei, definindo os órgãos controladores e fiscalizadores das disposições nela previstas.

Art. 6º A autoridade administrativa deve comunicar à autoridade policial o resultado da fiscalização em caso de descoberta ou suspeita de bens ou materiais de origem ilícita no estabelecimento fiscalizado.

Art. 7º Os bens de origem ilícita apreendidos em razão de fiscalização dos órgãos competentes devem:

I – ser devolvidos à empresa pública, concessionária ou empresa privada prestadora de serviço de interesse público identificada como proprietária original do bem;

II – no caso de não identificação da entidade proprietária original do bem, ser leiloados, nos termos do regulamento, com os recursos obtidos sendo revertidos em prol do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICACÃO



Para verificar a assinatura, acesse <https://mdeleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD150475021100>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Célio Studart

6

Apresentação: 12/03/2025 16:31:53.957 - Mesa

PL n.954/2025





Apresentação: 12/03/2025 16:31:53.957 - Mesa

PL n.954/2025

Ainda, estabeleceu a legislação de regência um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais no que diz respeito ao aparato de segurança pública.

Além disso, o texto representa um avanço quanto à abordagem do Estado-policial consubstanciado no *caput* do Art. 144 da CRFB/1988, cujo teor preceitua ser a segurança pública um verdadeiro “*dever do Estado, direito e responsabilidade de todos*” diretamente orientado à “*preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio*”.

Dessa maneira, o rigor quanto às medidas de manutenção da ordem e da incolumidade retira sua fonte de validade do próprio texto constitucional. Do ponto de vista social, trata-se de uma importante conquista na luta contra a violência, o crime organizado e o reforço à segurança pública.

Por meio do presente PL, os estabelecimentos comerciais, as pessoas jurídicas de direito privado e as pessoas físicas ficam proibidos de lidar com bens sem procedência lícita comprovada, como tampões de bueiros, grades e equipamentos de telecomunicação, conforme descrito na legislação, **bem como equipamentos utilizados pelas concessionárias de serviços públicos como provedores de internet e de fornecimento de energia elétrica.**





Essa proibição, no entanto, não afeta materiais regularmente comercializados de acordo com a legislação vigente.

Não olvide-se que a Câmara dos Deputados aprovou, recentemente, projeto de lei que aumenta a pena pelo furto ou roubo de cabos, fios e equipamentos relacionados à geração de energia elétrica e telecomunicações.

Segundo o substituto aprovado, que fora apensado ao PL 5845/2016, a pena por furto desses bens passará de reclusão de 1 a 4 anos para 2 a 8 anos, envolvendo também materiais ferroviários ou metroviários. O texto, atualmente, está em tramitação no Senado Federal.

Segundo o texto já aprovado, a reclusão de 2 a 8 anos será aplicável também quando o furto for de quaisquer bens que comprometam o funcionamento de órgãos da União, estado, município ou estabelecimentos públicos ou privados que prestem serviços públicos essenciais.

Caso ocorra roubo desses bens, a pena de reclusão de 4 a 10 anos passa para reclusão de 6 a 12 anos. Nesses casos, os aumentos de pena envolvem vários outros tipos de serviços, como saneamento básico ou transporte.

Na mesma lógica do texto já votado e aprovado, **o presente PL visa a complementar, na esfera cível-pecuniária, o aumento das sanções já aprovadas pela Câmara dos Deputados, no que diz respeito à esfera criminal.**

Nos termos do presente PL, os estabelecimentos que comercializam, eventual ou permanentemente, os produtos descritos no rol do Art. 1º devem manter um cadastro detalhado de fornecedores, comprovantes fiscais e documentos relacionados à compra e venda desses bens.





As infrações ficarão sujeitas a penalidades como multas progressivas, apreensão de produtos irregulares, cassação de credenciamento, entre outras. Além disso, o texto confere ao Ministério da Justiça e Segurança Pública a responsabilidade de: **(i)** regulamentar a presente lei; **(ii)** definir os órgãos controladores e fiscalizadores das disposições nela previstas; **(iii)** manterá, sistematizará e atualizará periodicamente cadastros dos fornecedores e dos consumidores dos materiais de que trata o Art. 1º.

A legislação também prevê a devolução dos bens de origem ilícita à entidade identificada como proprietária original. Caso a identificação não seja possível, há a opção de leilão, com os recursos revertidos para o Fundo Nacional de Segurança Pública.

Por fim, o PL determina, ainda, que as multas fixadas serão aplicadas em dobro, no caso de existência de indícios de vinculação a organizações criminosas, facções ou milícias privadas, independentemente da existência de prévia falta grave ou primariedade.

Diante do exposto, conclamo os nobres parlamentares a aprovarem este Projeto de Lei em análise, que representa um avanço na segurança pública como um todo, e na promoção de uma sociedade mais justa, solidária e segura.

Sala de Sessões, 12 de março de 2025.

Dep. Célio Studart
PSD/CE



COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

PROJETO DE LEI Nº 954, DE 2025

Fixa proibição e institui penalidades para estabelecimentos comerciais, pessoas jurídicas de direito privado e pessoas físicas que adquirirem, venderem, beneficiarem, reciclarem, compactarem ou tiverem em depósito, receberem, transportarem, manterem em estoque, conduzirem, ocultarem, exporem à venda, usarem como matéria-prima ou trocarem bens oriundos de qualquer empresa pública, concessionária ou empresa privada prestadora de serviço de interesse público que não tenham procedência lícita comprovada.

Autor: Deputado CÉLIO STUDART

Relator: Deputado JOSENILDO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 954, de 2025, de autoria do Deputado Célio Studart, busca estipular que os estabelecimentos comerciais e as pessoas, naturais ou jurídicas, não podem adquirir, vender, beneficiar, reciclar, compactar ou ter em depósito, receber, transportar, manter em estoque, conduzir, ocultar, expor à venda, usar como matéria-prima ou trocar bens oriundos de qualquer empresa pública, concessionária ou empresa privada prestadora de serviço de interesse público que não tenham procedência lícita comprovada, tais como:

- tampas e grades de bueiros de inspeção de rede de esgoto, de gás, de telefonia, de energia elétrica;
- grades de ferro de proteção de bocas de lobo;



- hastes, equipamentos ou instrumentos compostos, no todo ou em parte, de cobre e alumínio e fios de cobre de cabos de telefonia, energia elétrica, televisão a cabo, além de cabos utilizados em instalações industriais, comerciais e residenciais em geral, assim como os de fibra ótica utilizada para a transmissão de sinais de áudio, vídeo e dados eletrônicos;
- hidrômetros e tampas de abrigo protetor de hidrômetros;
- baterias estacionárias de rede de telefonia;
- placas indicativas e de sinal de trânsito;
- mobiliários urbanos fixos, tais como lixeiras, semáforos, coberturas de ponto de ônibus e qualquer outro material que tenha identificação pública;
- equipamentos destinados a promover a iluminação pública e a distribuição de energia elétrica pelas redes concessionárias de serviço público;
- hastes, equipamentos ou instrumentos utilizados em programas de videomonitoramento urbano ou rural;
- bens e equipamentos, públicos ou particulares, destinados à prestação de serviço público e de utilidade pública;
- equipamentos de rede de telecomunicação, como placas, antenas, modems e roteadores.

Ademais, o projeto estabelece que o responsável que adquirir, estocar, comercializar, transportar, reciclar ou utilizar como matéria-prima, para processamento ou beneficiamento, dos materiais aqui referidos deve manter cadastro de seus fornecedores e dos consumidores, bem como comprovante fiscal da compra e venda de tais bens. Caso se trate de material oriundo de doação ou inutilização, o responsável deve manter documento de declaração



feita pelo doador do material contendo seus dados, de modo que permitam sua identificação, bem como local de retirada do material.

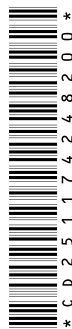
Dispõe ainda o projeto que o Ministério da Justiça e Segurança Pública manterá, sistematizará e atualizará periodicamente cadastros dos fornecedores e dos consumidores dos materiais de que trata a proposição.

Ademais, estabelece o projeto que, sem prejuízo das sanções civis e penais previstas em outras leis, as infrações às normas propostas pelo projeto e às normas de seu regulamento serão punidas, isolada ou cumulativamente, com as seguintes penalidades:

- multa progressiva de acordo com a gravidade da infração (penalidade aplicável inclusive a pessoas naturais);
- apreensão dos produtos irregulares (penalidade aplicável inclusive a pessoas naturais);
- cassação do credenciamento da empresa;
- cassação da inscrição no Cadastro Fiscal junto à Receita Federal do Brasil;
- cassação do alvará ou licença de funcionamento e interdição de suas atividades;
- interdição administrativa e lacração do estabelecimento não credenciado ou irregular.

O projeto ainda dispõe que a gradação da referida multa, cujos valores serão integralmente revertidos em favor do Fundo Nacional de Segurança Pública, será estipulada atendendo aos seguintes parâmetros de peso dos materiais sem origem comprovada:

- até 10 kg – multa de 2 salários mínimos;
- entre 10 e 50 kg – multa de 5 a 10 salários mínimos;
- entre 50 e 1.000 kg – multa de 10 a 50 salários mínimos;
- acima de 1.000 kg – multa de 100 a 1.000 salários mínimos.



Ademais, as multas serão aplicadas em dobro no caso de existência de indícios de vinculação a organizações criminosas, facções ou milícias privadas, independentemente da existência de prévia falta grave ou primariedade.

Ficam sujeitas às penalidades propostas os estabelecimentos que se desviarem das atividades para as quais estejam licenciados ou autorizados a funcionar, ou não comprovarem devidamente a legalidade e a licitude da procedência dos bens em questão.

O projeto ainda dispõe que cabe ao Ministério da Justiça e Segurança Pública regulamentar os dispositivos propostos, definindo os órgãos controladores e fiscalizadores das disposições nela previstas. A autoridade administrativa deverá comunicar à autoridade policial o resultado da fiscalização em caso de descoberta ou suspeita de bens ou materiais de origem ilícita no estabelecimento fiscalizado.

Ademais, a proposição estabelece que os bens de origem ilícita apreendidos devem ser devolvidos à empresa identificada como proprietária original ou, se não for possível identificá-la, ser leiloados, com a receita revertida ao Fundo Nacional de Segurança Pública.

Por fim, é disposto que a Lei decorrente desta proposição entra em vigor na data de sua publicação.

A proposição, que tramita em regime ordinário, está sujeita à apreciação conclusiva e foi distribuído às comissões de Indústria, Comércio e Serviços, que apreciará seu mérito; de Finanças e Tributação, que apreciará sua adequação orçamentário-financeira; e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que se manifestará sobre tanto sobre o mérito como sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

Durante o prazo regimental, não foram apresentadas emendas neste Colegiado.

É o relatório



II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 954, de 2025, busca estipular que os estabelecimentos comerciais e as pessoas, sejam naturais ou jurídicas, não podem adquirir, vender, beneficiar, reciclar, compactar ou ter em depósito, receber, transportar, manter em estoque, conduzir, ocultar, expor à venda, usar como matéria-prima ou trocar bens oriundos de qualquer empresa pública, concessionária ou empresa privada prestadora de serviço de interesse público que não tenham procedência lícita comprovada.

Assim, entre os itens abrangidos pela proposição incluem-se, por exemplo, tampas de bueiros, grades de proteção, cabos de telecomunicação e energia, hidrômetros, placas de sinalização, mobiliário urbano, equipamentos de iluminação pública e dispositivos de videomonitoramento. A proposta estabelece que os responsáveis mantenham cadastro de fornecedores e consumidores, comprovantes fiscais e documentação de doações, sendo previstas diversas sanções na hipótese do descumprimento das disposições do projeto, sem prejuízo das demais sanções civis e penais porventura aplicáveis. A propósito, as multas serão aplicadas em dobro no caso de existência de indícios de vinculação a organizações criminosas, facções ou milícias privadas.

É oportuno destacar, ainda, que a proposição atribui ao Ministério da Justiça e Segurança Pública a sistematização de cadastros e a regulamentação das normas, bem como a regulamentação dos dispositivos propostos, incluindo a definição dos órgãos controladores e fiscalizadores das disposições do projeto.

Conforme a justificação do autor, a proposição estaria alinhada com a Constituição Federal, reforçando o dever do Estado em garantir segurança pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio. O autor destaca que a iniciativa complementariza recentes iniciativas legislativas, como a que trata da majoração de penas para furtos ou roubos de cabos, fios e equipamentos relacionados à geração de energia elétrica e à prestação de serviços de telecomunicações. Conforme o autor, a proibição de comercialização de bens sem origem comprovada visa combater a violência e



o crime organizado e reforçar a segurança pública, preservando serviços de interesse público e incentivando práticas comerciais legítimas.

Em nosso entendimento, a proposta é meritória ao buscar coibir a receptação e o comércio ilegal de bens públicos ou que tenham utilidade ao público, práticas que geram prejuízos econômicos, interrompem serviços essenciais e fortalecem organizações criminosas. Com efeito, é essencial considerarmos que a subtração de bens de empresa pública, concessionária ou empresa prestadora de serviço de interesse público ultrapassa a esfera patrimonial dessas empresas ou mesma do erário, ocasionando danos que podem ser substanciais à população atendida por essas empresas.

Não obstante, consideramos que a proposta pode ser aprimorada, de forma a inclusive assegurar maior efetividade e harmonia com nosso ordenamento jurídico. Dentre outros aspectos, consideramos inviável que uma proposição legislativa de iniciativa parlamentar determine ações ou atos de gestão a serem desempenhadas por órgãos do Poder Executivo uma vez que, nesse caso, estaria configurado vício de iniciativa.

Nesse sentido, consideramos que o cerne das disposições do projeto deve ser incluído diretamente no Código Penal, qualificando como agravantes os crimes de subtração, receptação e interrupção de serviços quando envolverem bens de empresas públicas, concessionárias ou prestadoras de serviços de interesse público. Essa abordagem evita a criação de um regime administrativo paralelo, e integra-se coerentemente às recentes iniciativas legislativas em matéria penal. Ao tipificar condutas de forma específica e elevar as penas de reclusão – inclusive com majoração em casos de vínculo com organizações criminosas –, o substitutivo ataca o problema em sua raiz criminal, conferindo maior rigor e clareza às consequências jurídicas.

Diante do exposto, nosso voto é pela **aprovação do Projeto de Lei nº 954, de 2025, na forma do substitutivo em anexo.**

Sala da Comissão, em de de 2025.



Deputado JOSENILDO
Relator

2025-8292

Apresentação: 04/07/2025 14:57:15.080 - CICS
PRL 1 CICS => PL 954/2025

PRL n.1



COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 954, DE 2025

Altera os arts. 155, 157, 180 e 266 do Código Penal para agravar as penas relativas à subtração, receptação e interrupção de serviços, quando envolverem bens oriundos de empresas públicas, concessionárias ou prestadoras de serviço de interesse público.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera os arts. 155, 157, 180 e 266 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para agravar as penas relativas à subtração, receptação e interrupção de serviços, quando envolverem bens oriundos de empresas públicas, concessionárias ou prestadoras de serviço de interesse público.

Art. 2º Os arts. 155, 157, 180 e 266 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 155.

.....

§ 8º A pena é de reclusão de 4 (quatro) a 10 (dez) anos e multa, se a subtração for de bens oriundos de empresa pública, concessionária ou empresa privada prestadora de serviço de interesse público.

§ 9º A pena prevista no § 8º deste artigo aumenta-se da metade, se o crime é praticado em colaboração com organização criminosa ou milícia.

§ 10 Incorre nas mesmas penas estipuladas no § 8º deste artigo, observado o disposto no § 9º, também deste artigo,



quem falsifica ou omite documentos para justificar a origem dos bens.” (NR)

“Art. 157.

§ 1º-A. A pena é de reclusão de 8 (oito) a 14 (quatorze) anos e multa, se a subtração for de bens oriundos de empresa pública, concessionária ou empresa privada prestadora de serviço de interesse público.

§ 1º-B. A pena prevista no § 8º deste artigo aumenta-se da metade, se o crime é praticado em colaboração com organização criminosa ou milícia.

.....” (NR)

“Art. 180.

§ 6º Tratando-se de bens do patrimônio da União, de Estado, do Distrito Federal, de Município ou de autarquia, fundação pública, empresa pública, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviços públicos ou empresa privada prestadora de serviço de interesse público, aplica-se em dobro a pena prevista no *caput* deste artigo, acrescida de multa.

§ 7º Transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito ou expor a venda fios ou cabos de fornecimento de energia elétrica ou de serviços de telecomunicações ou de outros serviços de empresa pública, concessionária ou empresa privada prestadora de serviço de interesse público, bem como elementos de rede, materiais ou equipamentos cuja função seja possibilitar a prestação desses serviços, mesmo que o material esteja descaracterizado, sem a devida comprovação de sua origem, deve presumir-se obtida por meio criminoso:



Pena - reclusão de 4 (quatro) a 8 (oito) anos e multa.” (NR)

“Art. 266.

§ 1º Incorre na mesma pena, acrescida de multa, quem interrompe serviço telemático ou de informação de utilidade pública, ou interrompe outros serviços de empresa pública, concessionária ou empresa privada prestadora de serviço de interesse público, ou impede ou dificulta-lhe o restabelecimento.

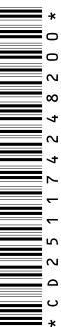
.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado JOSENILDO
Relator

2025-8292





Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

PROJETO DE LEI Nº 954, DE 2025

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 954/2025, com substitutivo, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Josenildo.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Beto Richa - Presidente, Any Ortiz e Josenildo - Vice-Presidentes, Amaro Neto, Augusto Coutinho, Heitor Schuch, Luis Carlos Gomes, Luiz Fernando Vampiro, Zé Adriano, Alexandre Lindenmeyer, Daniel Agrobom, Kim Kataguiri e Lucas Ramos.

Sala da Comissão, em 05 de agosto de 2025.

Deputado BETO RICHA
Presidente



COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO AO PROJETO DE LEI Nº 954, DE 2025

Altera os arts. 155, 157, 180 e 266 do Código Penal para agravar as penas relativas à subtração, receptação e interrupção de serviços, quando envolverem bens oriundos de empresas públicas, concessionárias ou prestadoras de serviço de interesse público.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera os arts. 155, 157, 180 e 266 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para agravar as penas relativas à subtração, receptação e interrupção de serviços, quando envolverem bens oriundos de empresas públicas, concessionárias ou prestadoras de serviço de interesse público.

Art. 2º Os arts. 155, 157, 180 e 266 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 155.

.....

§ 8º A pena é de reclusão de 4 (quatro) a 10 (dez) anos e multa, se a subtração for de bens oriundos de empresa pública, concessionária ou empresa privada prestadora de serviço de interesse público.

§ 9º A pena prevista no § 8º deste artigo aumenta-se da metade, se o crime é praticado em colaboração com organização criminosa ou milícia.

§ 10 Incorre nas mesmas penas estipuladas no § 8º deste artigo, observado o disposto no § 9º, também deste artigo,



quem falsifica ou omite documentos para justificar a origem dos bens.” (NR)

“Art. 157.

§ 1º-A. A pena é de reclusão de 8 (oito) a 14 (quatorze) anos e multa, se a subtração for de bens oriundos de empresa pública, concessionária ou empresa privada prestadora de serviço de interesse público.

§ 1º-B. A pena prevista no § 8º deste artigo aumenta-se da metade, se o crime é praticado em colaboração com organização criminosa ou milícia.

.....” (NR)

“Art. 180.

§ 6º Tratando-se de bens do patrimônio da União, de Estado, do Distrito Federal, de Município ou de autarquia, fundação pública, empresa pública, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviços públicos ou empresa privada prestadora de serviço de interesse público, aplica-se em dobro a pena prevista no *caput* deste artigo, acrescida de multa.

§ 7º Transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito ou expor a venda fios ou cabos de fornecimento de energia elétrica ou de serviços de telecomunicações ou de outros serviços de empresa pública, concessionária ou empresa privada prestadora de serviço de interesse público, bem como elementos de rede, materiais ou equipamentos cuja função seja possibilitar a prestação desses serviços, mesmo que o material esteja descaracterizado, sem a devida comprovação de sua origem, deve presumir-se obtida por meio criminoso:

* C D 2 5 2 7 3 6 4 2 6 9 0 0 *



Pena - reclusão de 4 (quatro) a 8 (oito) anos e multa.” (NR)

“Art. 266.

§ 1º Incorre na mesma pena, acrescida de multa, quem interrompe serviço telemático ou de informação de utilidade pública, ou interrompe outros serviços de empresa pública, concessionária ou empresa privada prestadora de serviço de interesse público, ou impede ou dificulta-lhe o restabelecimento.

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado JOSENILDO
Relator

Deputado BETO RICHA
Presidente



FIM DO DOCUMENTO